



Ata da 20ª sessão ordinária da 3ª sessão legislativa da 18ª legislatura. Aos 20 (vinte) dias do mês de junho do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na Rua Coronel Vida, 211, Centro, no horário regimental, foi realizada a 20ª sessão ordinária da 3ª sessão legislativa da 18ª legislatura, presidida pelo Vereador Odair José Sanson Junior, secretariada pelos Vereadores Gilberto Rogalski, 1º Secretário, e Lucas dos Santos, 2º Secretário, e presentes os Vereadores Egon Krambeck, Joslei Sequineli, Jovane Sebastião Ferreira (Vane), Marcos Marcel Pietralla, Rogério Czelusniak e Vagner Kachimarki (Vaguinho). Havendo número legal de Vereadores, o senhor Presidente, em nome de Deus e pelo povo, abriu a sessão e convidou todos a acompanhar a execução do Hino à Palmeira. Solicitou que o Senhor 2º Secretário procedesse à leitura da ata resumida da sessão anterior, que foi colocada em discussão e aprovada por unanimidade. Solicitou que o Senhor 1º Secretário procedesse à leitura do expediente, no qual constou o seguinte: do Excelentíssimo Senhor Sergio Luis Belich, Prefeito Municipal, ofício 294/2023, encaminhando para apreciação o projeto de lei 6094/2023, que “acrescenta novos parágrafos a dispositivos da Lei Municipal nº 1700, de 28 de março de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos municipais da administração direta e indireta e Câmara Municipal de Palmeira, bem como estabelece outras providências”; ofício 296/2023, em referência ao ofício 12/2023 da Comissão de Fiscalização, encaminhando cópia do processo 9759/2023 contendo as informações solicitadas; ofício 310/2023, em referência ao ofício 180/2023 da Câmara Municipal e à indicação 72/2023 do Vereador Lucas e da Parlamentar Jovem Franciele de Camargo do Valle, encaminhando cópia do processo 12182/2023 e informando que é realizada a coleta de resíduos recicláveis uma vez ao mês na localidade de Pinheiral, conforme cronograma da prestadora de serviços terceirizada LS Reciclagem; ofício 311/2023, em referência ao ofício 176/2023 da Câmara Municipal e ao requerimento 48/2023 do Vereador Marcel Pietralla, informando que em 18/5/2023 foi realizado o pregão eletrônico 31/2023, que tem como objeto a aquisição de materiais necessários para manutenção da iluminação pública da trincheira entre os bairros Rocio I e II, o qual está em fase de recursos, e que após a assinatura dos contratos o Poder Executivo procederá à realização dos serviços de reparo; ofício 312/2023, em referência ao ofício 175/2023 da Câmara Municipal e ao requerimento 47/2023 do Vereador Marcel Pietralla, encaminhando cópia do processo 12177/2023 e informando que o saldo financeiro na fonte de recursos 1001 (recursos ordinários livres) é de R\$ 11.211.016,79 e na fonte de recursos 1507 (recursos específicos – COSIP – contribuição de iluminação pública) é de R\$ 6.381.652,18; ofício 313/2023, em referência ao ofício 389/2022 da Câmara Municipal e à indicação 219/2022 do Vereador Vane, encaminhando cópia do processo 21481/2022 e informando que foi realizada a manutenção da Rua Heitor Stockler de França, a qual também foi incluída no cronograma para realização de projeto; ofício 315/2023, em referência ao ofício 130/2023 da Câmara Municipal e à indicação 58/2023 do Vereador Gilberto Rogalski, encaminhando cópia do processo 10670/2023 e informando a impossibilidade de construir lombada na Avenida Nacim Bacila, próxima à esquina da panificadora Estrela, pois não há compatibilidade com os requisitos, as características e os padrões estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito; ofício 317/2023, em referência ao ofício 164/2023 da Câmara Municipal e ao requerimento 44/2023 do Vereador Vane, encaminhando cópia do processo 11727/2023 e informando que o Município realizou postagem nos canais oficiais sobre a possibilidade de isenção da taxa de gerenciamento de resíduos sólidos domiciliares, que a Administração Pública Municipal já aplicou a taxa social de ofício e que os contribuintes que tiverem interesse em solicita-la devem protocolar tal pedido, acompanhado dos documentos elencados na lei correspondente, junto ao setor competente da Prefeitura; ofício 318/2023, em referência ao ofício 123/2023 e à indicação 55/2023 do Vereador Vaguinho e da Parlamentar Jovem Emanuele Siqueira, encaminhando cópia do processo 10564/2023 e informando que a Avenida 7 de Abril, no trecho próximo ao Colégio São Judas Tadeu, já possui duas ondulações transversais e uma travessia elevada em menos de 130 metros de via, não sendo justificável a implantação de faixa elevada para travessia de pedestres; ofício 319/2023, em referência ao ofício 10/2023 da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, encaminhando cópia do processo 10404/2023 com informações complementares sobre o projeto de lei 6082/2023; ofício 320/2023, encaminhando para apreciação os projetos de lei 6095/2023, que “autoriza a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 3.000,00”, 6096/2023, que “autoriza a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 300.000,00”, 6097/2023, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de



R\$ 450.000,00” e 6098/2023, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 5.397.963,61”; ofício 321/2023, encaminhando para apreciação o projeto de lei 6099/2023, que “altera a quantidade atribuída ao cargo de assistente social constante da Lei Municipal nº 5.245, de 26 de outubro de 2020, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse pública, vincula à Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências” e ofício 322/2023, encaminhando para apreciação o projeto de lei 6100/2023, que “altera a Lei nº 5386, de 3 de setembro de 2021, que dispõe sobre a estrutura organizacional administrativa do Poder Executivo do Município de Palmeira e dá outras providências”; ofício 372/2023 da Senhora Ana Paula Ferreira Marques, Secretária Municipal de Saúde, informando o recebimento de uma ambulância tipo B em 14/6/2023, adquirida por meio do pregão 117/2022 no valor de R\$ 292.200,00, com recursos da Secretaria de Estado de Saúde no montante de R\$ 170.000,00 (Resolução SESA 993/2021) e contrapartida do Município no montante de R\$ 122.200,00; requerimento 55/2023 do Vereador Odair Sanson Junior, requerendo, ouvido o Plenário desta Câmara Municipal, o envio de expediente à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer solicitando informações sobre a existência de estudo técnico ou previsão para construção de pontos de ônibus em locais estratégicos do roteiro escolar, tanto urbano quanto rural; requerimento 56/2023 do Vereador Marcel Pietralla, requerendo, ouvido o Plenário, o envio de ofício à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer solicitando que forneça as informações que especifica, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme dispõe o art. 31, XXIX da Lei Orgânica Municipal, relacionadas aos campeonatos de futsal realizados pela Secretaria nas datas de 1º/1/2021 até 20/6/2023; requerimento 57/2023 do Vereador Marcel Pietralla, requerendo, ouvido o Plenário, o envio de ofício à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano solicitando o fornecimento de informações, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme dispõe o art. 31, XXIX da Lei Orgânica Municipal, sobre a aquisição e uso de materiais didáticos de robótica para a Escola Municipal Nossa Senhora do Rocio; indicação 80/2023 da Comissão de Fiscalização, indicando ao Poder Legislativo o arquivamento do relatório do Departamento Financeiro nº 20/2023; indicação 81/2023 do Vereador Odair Sanson Junior e da Parlamentar Jovem Natalia Borges, indicando à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural a substituição das manilhas na ponte de Campestre de Vieiras, próxima à Igreja Católica Nossa Senhora da Conceição; indicação 82/2023 do Vereador Vaguinho e da Parlamentar Jovem Emanuele Siqueira, indicando à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação a aquisição de livros para o público adolescente e de histórias infantis com *pop up* para a biblioteca municipal; indicação 83/2023 do Vereador Vane e da Parlamentar Jovem Gabrieli Jantara Martins, indicando à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural a recuperação de ponte de madeira próxima à Fazenda Beliche, na localidade de Três Morros (Santa Bárbara); indicação 84/2023 do Vereador Vane e da Parlamentar Jovem Gabrieli Jantara Martins, indicando à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o patrolamento e cascalhamento da estrada que liga as localidades de Faxinal Grande, Santa Quitéria e Cantagalo até a Fazenda Sant'Ana (Mário Camargo), próxima à localidade de Santa Quitéria; indicação 85/2023 do Vereador Marcel Pietralla e do Parlamentar Jovem Felipe Kapp, indicando à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano a construção de rampa de acessibilidade no calçamento em frente ao Centro de Especialidades Odontológicas; indicação 86/2023 do Vereador Marcel Pietralla, indicando à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano o conserto da calçada próxima à propriedade nº 434, na Rua Juvenal Zanardine, Centro; moção de apelo protocolada sob nº 486/2023 do Vereador Joslei Sequineli, apoiada por todos os Senhores Vereadores, ao Cel. Marcos Ginotti Pires, Comandante do 1º BPM, para que interceda pela permanência em Palmeira dos 14 policiais militares lotados na 3ª CIA Palmeira e Porto Amazonas, visto a demanda e necessidade de manutenção da ordem pública e segurança no Município; e da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação pareceres aos projetos de resolução 158, 159 e 160/2023. Concluída a leitura da matéria do expediente, o Senhor Presidente solicitou que o Senhor 1º Secretário procedesse à verificação dos Vereadores presentes e dos inscritos para fazer uso da palavra. Anotou-se a presença de todos os Vereadores. O Vereador Egon Krambeck se inscreveu para fazer uso da palavra com o assunto “relatório”. Com a palavra, cumprimentou o Senhor Presidente, colegas Vereadores e público. Disse que gostaria que a Casa estivesse sempre cheia para que os Vereadores pudessem transmitir o trabalho que realizam à população. Falou que a Presidência da Câmara, no



ano anterior, fez uma solicitação à Procuradoria para que essa acompanhasse e emitisse parecer sobre o andamento dos processos e inquéritos derivados dos trabalhos da Câmara que estão tramitando no Ministério Público e no Poder Judiciário. Relatou que o primeiro caso, que trata da desapropriação de imóvel da família Hajar no bairro Santa Rosa, referente ao inquérito civil nº 0133210004579-6, teve despacho no dia 15/2/2023, prorrogando o prazo de duração por um ano. Informou que o Ministério Público solicitou esclarecimentos à Câmara sobre a citação. Relatou que há inúmeros documentos nos quais foram constadas diversas irregularidades, por ação e omissão, das Administrações Públicas das respectivas épocas, com robustos indicativos da possibilidade da existência concreta de fraudes processuais. Disse que o Ministério Público solicitou informações à Prefeitura sobre pagamentos em duplicidade e empenhos e convocou as oitivas da servidora Camila Barbieri e dos representados Edir Havrechaki e Jaudeth Ramos Hajar para o dia 18/4/2023. Informou que a Câmara apresentou resposta ao questionamento do Ministério Público. Que o ex-Prefeito Edir Havrechaki não compareceu na data da oitiva e não apresentou justificativa pela falta e que o senhor Jaudeth e a senhora Camila prestaram depoimento no dia 18/4/2023. Disse que o processo foi encaminhado para análise do Promotor em 8/6/2023. Relatou sobre a segunda denúncia de fato, transformada no inquérito civil nº 0113210004580-4, que trata dos postes da Copel, que o Ministério Público encaminhou à Câmara, em 30/3/2023, o ofício 135/2023, informando o arquivamento do inquérito em razão da celebração de acordo de não persecução civil do ex-Prefeito Edir Havrechaki e da empresa Feltrin com o Ministério Público. Relatou que em 11/4/2023, por meio do ofício 144/2023, o Ministério Público informou que a investigação do inquérito civil resultou na denúncia criminal nº 00008228120238160124 do ex-Prefeito Edir Havrechaki, a qual foi aceita pela Justiça da Comarca. Disse que em 14/4/2023, a Câmara apresentou razões discordando do pedido de arquivamento do acordo de não persecução civil e que o processo foi enviado ao Conselho Superior do Ministério Público do Paraná, onde aguarda apreciação. Relatou que a ação penal nº 00008228120238160124 teve a petição inicial protocolada em 4/4/2023 e a denúncia foi recebida pela Justiça da Comarca em 18/4/2023. Disse que na data de 13/6/2023, se estava aguardando a citação para manifestação do denunciado Edir Havrechaki. Relatou que o inquérito civil nº 9818570-8, caso Jardim Cristine, que tramita desde 2019 e incorporou a CPI instaurada pela Portaria nº 1044/2022 realizada pela Casa, foi prorrogado por mais um ano pelo Conselho Superior do Ministério Público em 8/5/2023 e está concluso ao Promotor desde 10/5/2023. Informou que o inquérito civil nº 982288-3, relacionado ao processo da CPI instaurada pela Portaria nº 1052/2022, realizada pela Câmara para levantar irregularidades da Administração referentes à empresa Grandes Lagos LTDA, teve um acordo de não persecução civil oferecido em 4/5/2023 aos senhores Jaudeth Ramos Hajar e Manoel Joseli Silveira, com multa civil de R\$ 50 mil e indenização por danos morais coletivos de R\$ 50 mil para cada um, além de restituição do produto de enriquecimento ilícito avaliado em R\$ 16 mil para o senhor Jaudeth e R\$ 96 mil para o senhor Manoel e suspensão dos direitos políticos por 2 anos. Relatou que o senhor Jaudeth, em 6/6/2023, manifestou não ter condições financeiras de aceitar a proposta oferecida, mas demonstrou interesse em participar de audiência para fixar as condições, e o senhor Manoel não foi intimado em razão da dificuldade de encontra-lo ou responder aos contatos. Disse que em 7/6/2023, esse processo foi concluso para análise do Promotor da Comarca. Comunicou que esses relatórios são recebidos periodicamente para acompanhar e divulgar aos Vereadores e à população o andamento dos processos relacionados aos trabalhos de fiscalização feitos nos exatos e restritos limites da lei pela Câmara. Agradeceu a atenção. O Vereador Vaguinho se inscreveu para fazer uso da palavra com o assunto “entrevista rádio”. Com a palavra, disse que a “cartilhinha da mentira”, apresentada pela Administração no final de 2020 para ser aplicada no período de 2021 a 2024, na página 12, enuncia: “relação com o funcionalismo público: notamos que a distância entre administradores público e servidores públicos é bastante grande, o que traz um grande prejuízo para a população. Em nossa gestão, os administradores deverão respeitar o quadro geral de servidores. A obtenção do sucesso na prestação de um serviço público de qualidade dependerá primeiramente em demonstrar aos servidores sua importância, como um quadro de servidores valorizados, qualificados e comprometidos. Pagamento de servidores municipais sendo uma das prioridades máximas nos desembolsos financeiros da Prefeitura. Manutenção e respeito ao plano de carreira dos servidores municipais, buscando o contínuo diálogo com os servidores públicos municipais, sindicatos, sempre para tratar de tais vínculos e carreiras. Busca incansável de alternativas para viabilizar anualmente não somente a



reposição salarial da inflamação, como principalmente a possibilidade de acompanhar o índice nacional de reajustes”. Cumprimentou o senhor Presidente, colegas Vereadores e público. Destacou a presença dos professores e professoras na sessão, buscando algo que já lhes é de direito. Disse que todos, provavelmente, acompanharam a vergonhosa entrevista do Prefeito em rádio local, que fez “vergolheira” e falou o que não devia. Relatou que o Prefeito afirmou na entrevista que concedeu 42% de aumento aos professores nos quase três anos de mandato. Disse que o Prefeito não deu nada de presente para ninguém, pois isso é um direito adquirido e o gestor tem a obrigação de cumprir. Falou que não são apenas os professores que reclamam da falta de reajuste, mas os servidores de todas as secretarias. Relatou que a fala do Prefeito sobre os valores que cada um recebe foi vergonhosa e feia, pois o salário depende do número de horas trabalhadas e é do conhecimento de todos o esforço dos servidores e servidoras do quadro da educação e de outras funções, faltando entendimento sobre o direito que os professores têm às gratificações e aos avanços. Disse que o Prefeito declarou que está se criando um clima de desinformação, mas é somente o gestor que está fazendo isso. Relatou que os profissionais da educação fizeram reuniões no sindicato, na Prefeitura e na Câmara. Que tem a impressão que o Prefeito queria “jogar a bola fora do campo” quando mandou o projeto de lei 6089/2023 para a Câmara, o qual teria sido aprovado com um “recheio de irregularidades” se não tivesse intervisto na Comissão de Economia. Falou que o Vereador Vane e os demais colegas estão de parabéns por falar com os representantes estaduais e federais, pois a maioria das verbas utilizadas para reformas e melhorias nas escolas do Município são do Estado, talvez com pequena contrapartida do Município. Disse que há poucos dias indicou R\$ 230 mil para a construção de uma cozinha e de um refeitório novos no Colégio Jesuíno Marcondes, com recursos de emenda de Deputado que fez uma visita. Parabenizou a diretora da instituição e disse que irá acompanhar o uso dessa verba para que essa indicação seja cumprida. Relatou que o Prefeito alegou que “o povo não entende que a Prefeitura tem o cobertor curto, vai se transformar em uma bomba relógio”. Falou que isso vai acontecer porque ele terá que cumprir as “promessas mentirosas” que fez em campanha. Que o Prefeito foi Vereador e tem conhecimento dos avanços, mas está “se fazendo de louco” e não quer ver o que o governo estatal e federal propõem de lei, garantida aos professores e outros servidores. Disse que há inúmeros relatos de servidores da Secretaria de Obras que ganham marmitas azedas e não recebem hora extra, insalubridade, periculosidade e adicional noturno, cujos processos estão nas mãos dos procuradores da Prefeitura. Expressou que “o cobertor fica mais curto ainda” quando se manda um projeto, que foi barrado na Comissão e retirado, para dobrar o salário dos procuradores sem prestar concurso público. Alertou que é preciso ficar atento ou o projeto irá voltar e ser aprovado. Informou que há poucos meses a Prefeitura estava comprando celulares para os Secretários e Diretores ao custo de quase R\$ 600 mil. Que há ainda R\$ 1,5 milhões licitados para aquisição de troféus e medalhas pela Secretaria de Esporte, conforme informações do portal da transparência, e R\$ 3 milhões empenhados para empresas de execução de projetos, apesar de haver excelentes engenheiros na Prefeitura, os quais receberam qualificação e treinamento. Relatou que foi desmanchado o contrato com empresa de britagem de pedras e a população do interior ficou esperando mais de um ano para ter “uma migalha de pedras na estrada”. Que foi adquirido um britador com recurso de emenda de Deputado e outro com valores devolvidos pela Câmara, mas agora está sendo gasto mais de R\$ 1 milhão com a locação desse tipo de maquinário. Disse que o Secretário de Meio Ambiente pediu R\$ 600 mil para fazer uma nova trincheira no aterro sanitário. Que foi fazer uma visita ao local e fez uma denúncia, pois a trincheira estava pela metade e foi encerrada, e hoje o Município paga cerca de R\$ 1 milhão para enviar lixo para o aterro de Ponta Grossa. Ressaltou que a empresa que fazia a coleta ainda está recebendo para realizar a manutenção do aterro. Disse que talvez sejam esses os recursos que hoje estão fazendo falta. Pediu que os Vereadores não sejam covardes e omissos, votando tudo o que vem do Executivo sem analisar nas Comissões, pois as vezes quer-se que vote “correndo tudo”, sem analisar e sem ver se vai ser bom ou ruim para a população. Destacou que é preciso ver o que é o melhor para a população, que foi quem elegeu os Vereadores. O Vereador Marcel Pietralla se inscreveu para fazer uso da palavra com o assunto “piso do magistério”. Com a palavra, cumprimentou o Senhor Presidente, colegas Vereadores e público. Disse que a Câmara é a casa do povo e os Vereadores devem representa-lo. Expressou que a entrevista dada pelo Prefeito demonstrou falta de empatia e desrespeito com a categoria dos professores, que não tiveram direito de resposta. Falou que as perguntas foram manipuladas e direcionadas. Que respeita a emissora de rádio, mas a entrevista foi



um “tapa na cara” dos Vereadores que estão lutando pelo piso do magistério e dos professores. Disse que é direito, dever e obrigação de todos os Vereadores ajudar o povo e cobrar o Prefeito Municipal para pagar o piso, e não de apenas três. Que se a Comissão não tivesse pedido prazo, o projeto teria sido aprovado e os professores não receberiam o piso nunca mais. Falou que Palmeira está sendo o patinho feio dos Campos Gerais. Que o Prefeito está sendo um “prefeitinho” e não está valorizando quem estende a mão para a população e para as crianças. Disse que ele não valoriza a escola pública porque nunca precisou dela e seus filhos nunca colocaram os pés dentro de uma. Lamentou que o Prefeito tenha ido na rádio falar que “o cobertor está curto”. Relatou que não há um Líder do Governo indicado na Câmara e os Vereadores não tem para quem direcionar as falas. Que o Prefeito foi Vereador por três mandatos e sabe das dificuldades enfrentadas no Legislativo, mas desconhece as dificuldades dos professores nas escolas. Disse que é obrigação do Executivo reformar as escolas, comprar painéis e arrumar alambrados. Relatou que a Prefeitura informou, em resposta a um requerimento seu, que há R\$ 11 milhões nas contas com recursos de fonte livre. Questionou para onde foram os R\$ 52 milhões noticiados pelo Prefeito e se foram gastos para asfaltar as ruas, que já estão cheias de buracos. Falou que é triste chegar nessa situação, mas é obrigação dos Vereadores defender a população. Relatou que o Executivo enviou à Câmara um projeto para aumentar o salário dos procuradores de R\$ 5 mil para cerca de R\$ 12 mil, mas é inadmissível aumentar o salário de pessoas que não fizeram um novo concurso público. Disse que o Prefeito foi sarcástico e tentou jogar a população contra os professores ao falar que tem professor que ganha até R\$ 10 mil. Afirmou que se alguns professores ganham isso é devido ao trabalho que realizaram, com mérito próprio, mas o que está em discussão é o reajuste do piso, um direito deles. Disse que os professores podem contar com a sua ajuda e dos Vereadores Vaguinho e Vane, pois irão correr atrás desse direito “nem que seja na Justiça”. Concedeu aparte ao Vereador Vaguinho, que relatou que o Prefeito, na entrevista na rádio, declarou que o reajuste do piso causaria um rombo de R\$ 4 milhões na Prefeitura e de R\$ 3 milhões no RPPS, dando a entender que isso seria culpa dos professores, os quais nunca falharam um mês de contribuição ao regime de previdência e não são responsáveis pela sua má gestão. O Vereador Marcel disse que o Prefeito deve explicar quem ganhou 42% de aumento e questionou o que está faltando para pagar o reajuste de 2023. Relatou que o Prefeito afirmou em reunião com os professores que o projeto seria enviado até o dia 20/6, mas não foi. Pediu que os Vereadores se unam, pois, junto com os professores, são mais fortes. Disse que não está fazendo politicagem, mas cobrando um direito. Solicitou a colaboração do Vereador Egon. Expressou que irá cobrar o Executivo e irá até o final, pois o reajuste do piso é um direito dos professores e tem certeza que irão conseguir. Não havendo mais inscritos, seguiu-se à ordem do dia, presentes todos os Senhores Vereadores. Em discussão e votação única, em separado, foram aprovados por unanimidade os requerimentos 50 e 51/2023. Em discussão única o requerimento 52/2023. O Vereador Marcel Pietralla disse que o requerimento foi feito em atendimento aos pedidos de vários representantes do magistério, pois a postagem da Diretora de Educação realizada em rede social foi uma afronta à categoria, e espera que o Prefeito o responda o quanto antes. Relatou que a postagem foi apagada, mas até a Secretária de Educação “deu um coraçãozinho” na publicação. Em votação única, foi aprovado por unanimidade. Em discussão e votação única, em separado, foram aprovados por unanimidade os requerimentos 53 e 54/2023. Em discussão e votação única, em bloco, foram aprovadas por unanimidade as indicações 76, 77, 78 e 79/2023. Em 2ª discussão e votação, em separado, foram aprovados por unanimidade os projetos de lei 6091, 6092 e 6093/2023. Em 1ª discussão e votação, em separado, foram aprovados por unanimidade os projetos de resolução 158, 159 e 160/2023. Finalizada a votação das matérias da ordem do dia, o Senhor Presidente encaminhou à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação os projetos de lei 6094 ao 6100/2023 e à Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização os projetos de lei 6095 ao 6099/2023 para análise e emissão de pareceres. O Vereador Vane se inscreveu em explicação pessoal com o assunto “Parabéns, comunidade de São Pedro”. Com a palavra, cumprimentou o Senhor Presidente, Vereadores e público. Disse que esteve em São Pedro há dois meses. Que passaram na comunidade no início do mandato e prometeram uma plaina, mas não retornaram. Relatou que fez duas reuniões com líderes da comunidade e trouxe essa demanda. Agradeceu aos Vereadores pela aprovação do projeto 6093/2023 e parabenizou a comunidade, que em poucos dias receberá a plaina para continuar as melhorias nas estradas. Não havendo mais inscritos, o Senhor Presidente agradeceu ao Deputado Hussein Bakri pelos recursos que destinou ao Município por



meio da Secretaria de Estado de Saúde, no valor de R\$ 170 mil, os quais solicitou em 2021 em conjunto com os Vereadores Joslei, Gilberto e Rogério e o ex-Vereador Denis Sanson. Relatou que na época foram solicitados calcário, um britador e uma ambulância, que agora foram todos entregues. Ressaltou que a ambulância foi um pedido exclusivo do Vereador Joslei. Não havendo mais nada para ser tratado, o Senhor Presidente comunicou que a próxima sessão ordinária seria realizada no dia 27 de junho, no horário regimental, constando na ordem do dia a discussão e votação única dos requerimentos 55 ao 57/2023 e das indicações 80 a 86/2023 e a 2ª discussão e votação dos projetos de resolução 158 ao 160/2023. Comunicou ainda que após a finalização da sessão ordinária, seria realizada sessão de julgamento convocada para apreciar, em 1ª discussão e votação, o projeto de decreto legislativo 717/2023. Agradeceu a presença e a audiência de todos e em nome de Deus e pelo povo encerrou a sessão, da qual para tudo constar foi redigida esta ata, assinada pelos Senhores Presidente e 1º Secretário.